

ANÁLISE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL PARA CONCESSÃO DE CRÉDITO: UM ESTUDO DE CASO EM EMPRESA DE PEQUENO PORTE.¹

Renan Valdemar Machado Gewehr²

Romina Batista de Lucena de Souza³

RESUMO

O cenário atual para os bancos comerciais é de alto índice de inadimplência devido a recessão econômica que o Brasil está inserido. O ciclo de crescimento pelo consumo através do crédito se esgotou e as instituições financeiras estão mais criteriosas na concessão de empréstimos às empresas. O presente estudo tem por objetivo descrever de que forma uma instituição financeira analisa a informação contábil na concessão de crédito a uma pequena empresa, busca-se com isto apresentar os principais documentos utilizados, como é examinada a informação contábil e quais os critérios envolvidos no processo de análise de crédito. Empregou-se metodologia qualitativa exploratória, e quanto ao procedimento técnico optou-se por analisar um estudo de caso, recolhendo os documentos contábeis da empresa e entrevistando de forma não-estruturada tanto com o gerente do banco quanto com o diretor da empresa proponente ao crédito acompanhado do seu contabilista responsável. Os resultados mostraram que são diversos itens que compõe a decisão quanto ao volume de recursos a serem emprestados à entidade, desde o comportamento do cliente junto ao mercado financeiro e órgãos reguladores, qualidade e fidelidade das demonstrações financeiras até a própria saúde econômica da empresa. A pesquisa realizada demonstrou como o banco utiliza as informações contábeis da empresa e quais limites de créditos, nas diferentes modalidades possíveis, foram disponibilizados para a entidade naquela análise.

Palavras-chave: Análise de crédito. Informação contábil. Empresa. Bancos.

ANALYSIS OF ACCOUNTING INFORMATION FOR CREDIT ALLOCATION: A CASE STUDY IN A SMALL COMPANY.

ABSTRACT

The current scenario for commercial banks is high default rates due to economic recession that Brazil is inserted. The growth cycle for consumption by the credit has run out and financial institutions are more judicious in lending to companies. This study aims to describe how a

¹Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, no primeiro semestre de 2016, ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

²Graduando do curso de Ciências Contábeis da UFRGS. (renanqi@gmail.com).

³Orientadora: Mestre em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UFRGS. (rominabls@gmail.com).

financial institution analyzes the financial information on loans to a small company, we seek with this present the main documents used, as is examining the accounting information and the criteria involved in the process credit analysis. He used exploratory qualitative methodology, and on the technical procedure we chose to analyze a case study, collecting the accounting documents of the company and interviewing non-structured way both with the bank manager as the director of the applicant company credit accompanied by his responsible accountant. The results showed that there are several items that make up the decision on the amount of funds to be lent to the entity from the customer behavior in the financial market and regulators, quality and accuracy of the financial statements to the very economic health of the company. The research showed how the bank uses the financial information of the company and wich credit limits, the different possible arrangements have been made available to the entity that analysis.

Keywords: Credit analysis. Accounting information. Company. Banks.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país em constante crescimento econômico e tecnológico, após a estabilização da moeda em 1994 criou-se uma atmosfera favorável para novos investimentos e expansão do setor produtivo. Através do sistema financeiro nacional, por intermédio das instituições financeiras, temos a migração de recursos entre poupadores e investidores. O mercado de crédito é regulado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e os bancos comerciais, múltiplos e de investimento são o principal meio de captação de recursos pelas micro, pequenas e médias empresas no cenário nacional. Segundo estudo do DIEESE (2013), o montante de valor das operações de crédito dos bancos brasileiros chegou, em 2013, próximo de R\$ 1,8 trilhão.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT,2014) ao encerrar 2013, o Brasil possuía 86,95% das empresas como sociedades limitadas ou empresários individuais, enquadradas como ME (microempresas) ou EPP (empresas de pequeno porte). Faldini e Riskallah (1997) comentam que a concentração de liquidez registrada nos pregões das bolsas de valores brasileiras, privilegiando apenas um número limitado de empresas de primeira linha, com destaque para algumas estatais, o que tem distanciado cada vez mais o mercado de capitais nacional de um de seus objetivos básicos, ou seja, o fomento do setor produtivo. Ainda, segundo os mesmos autores, o mercado de capitais não é prioridade no país, pois as pequenas e médias empresas têm alto custo de abertura e manutenção de seu capital. Os pesquisadores salientam que a ampliação na oferta da bolsa poderia ser a melhor arma para substituir o mercado financeiro controlado pelos grandes bancos que praticam altas taxas de juros. (RISKALLAH;FALDINI,1997)

O mercado de fornecimento de insumos hospitalares a base de radiofármacos está inserido em um contexto de incremento na receita de vendas, desta forma surge a necessidade de investimentos na atividade industrial. A empresa alvo da pesquisa, assim como as demais pequenas firmas industriais do setor, tradicionalmente fazem uso de recursos de terceiros para suprir necessidades de capital de giro e fazer investimentos, tanto de curto e médio quanto de longo prazos.

Frente a esta realidade, portanto, surge a seguinte questão problema: **De que forma uma instituição financeira analisa a informação contábil para a concessão de crédito a uma empresa de pequeno porte?**

Por isso, o objetivo deste estudo é descrever o processo de análise da informação contábil para concessão de crédito a uma empresa de pequeno porte. Para alcançá-lo buscar-se-á: a) Delimitar quais aspectos o banco observa na abertura de crédito, tanto objetivos quanto subjetivos; b) Analisar as informações prestadas pela empresa e o contabilista responsável exigida pelo banco na concessão de operações de crédito; c) Verificar as linhas de crédito disponibilizadas pelo banco e confrontar com as necessidades da empresa;

A captação de recursos financeiros é uma fase determinante pela busca da solidez econômico-financeira de uma empresa, o financiamento bancário é o modelo tradicional no qual as entidades buscam recursos para aumentar sua produtividade e competir no mercado acirrado que estamos inseridos. Desse modo, a contribuição prática da pesquisa está na evidenciação para empresários de como se dá o processo de análise de crédito junto a uma instituição financeira. É importante que os gestores conheçam – ao menos basicamente – este processo, bem como as necessidades da sua firma na hora de optar pelo tipo de financiamento que precisam para dar andamento as atividades produtivas.

Com o intuito de alcançar o objetivo proposto, esta pesquisa é estruturada em cinco seções. A primeira é a introdução, na qual é apresentado e contextualizado o tema, bem como as principais diretrizes. Na segunda apresenta-se o referencial teórico, onde constam as bases científicas para a execução do estudo. Adiante, a pesquisa explica os procedimentos metodológicos utilizados na obtenção dos dados. Por fim, apresenta-se a análise dos dados obtidos e as percepções do processo acompanhado, além das considerações finais sobre o estudo de caso.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A contabilidade tem como papel primordial fornecer informações sobre a situação patrimonial, econômica e financeira da entidade para os seus usuários, quer sejam internos, quer sejam externos. No referencial teórico consta a base científica para o desenvolvimento do presente estudo. Foram referenciados pesquisadores que abordaram o problema a ser investigado direta ou indiretamente além de ter produção teórica relacionada ao tema.

2.1 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Com a promulgação da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 houve regulamentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN), este decreto criou o Conselho Monetário Nacional (CMN) que passou a regular e zelar pela solvência e liquidez dos seus componentes definidos conforme Art 1º:

O sistema Financeiro Nacional, estruturado e regulado pela presente Lei, será constituído: I – do Conselho Monetário Nacional; II – do Banco Central do Brasil; III – do Banco do Brasil S. A.; IV – do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico; V – das demais instituições financeiras públicas e privadas. (BRASIL, 1964)

Em 1994 o Banco Central do Brasil (BACEN) aderiu ao Acordo de Basiléia, trazendo o Brasil para dentro do novo cenário de globalização da economia. O acordo consiste na criação de exigências mínimas de capital dos bancos comerciais de mais 100 países com o intuito de diminuir o risco de crédito sistêmico. Nos momentos de crises internacionais vividos nos últimos anos, principalmente em 1990, alertou o mercado mundial quanto a credibilidade dos balanços dos bancos e sua solvabilidade. A interligação entre as instituições financeiras e a globalização da economia poderia ter um efeito dominó na qual um banco “quebraria” o outro caso houvesse nossa circunstância de insolvência. (BACEN, 1994)

Tendo em vista a especificidade do mercado financeiro o BACEN, por meio da carta circular 2.345 de 25 de janeiro de 1993, criou a classificação das instituições financeiras com a finalidade de padronizar seus dados cadastrais. (BACEN,1993) O COSIF (Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional) em 2013 traz compiladas diversas resoluções do Banco Central que assim subdividem e classificam os bancos – sendo os principais e mais interessantes a presente pesquisa – os que seguem.

Os bancos de investimento são aqueles que suprem capital fixo e de giro para a atividade produtiva, também administram recursos de terceiros. É facultado além das atividades inerentes a estes objetivos como concessão de crédito para financiamentos, praticar operações no

mercado físico com metais preciosos, agir no mercado de capitais de quaisquer títulos e valores mobiliários, operar em bolsas de mercadorias e futuros e operar em câmbio.

Os bancos comerciais são aquelas instituições financeiras privadas ou públicas que captam depósitos a vista, podendo também efetuar captação de depósitos a prazo. Seu objetivo principal é fornecer recursos necessários para as atividades de comércio, indústria e serviços no curto e médio prazos, tanto pessoas físicas quanto jurídicas.

Bancos de desenvolvimento se caracterizam por operações ativas de empréstimos e financiamentos de médio e longo prazos, sendo controlados pelo governo e executando políticas públicas de fomento ao desenvolvimento econômico e social. As operações passivas são depósitos a prazo, empréstimos externos, emissão ou endosso de cédulas hipotecárias e debêntures.

As sociedades de crédito, financiamento e investimento, também conhecidas por financeiras, instituições financeiras privadas que têm como objetivo básico a realização de financiamento para a aquisição de bens, serviços e capital de giro. Estas entidades captam recursos por meio de aceite e colocação de Letras de Câmbio e Recibos de Depósitos Bancários.

O BACEN define os bancos que atuam em diversas frentes, ou seja, os bancos chamados de múltiplos como as instituições financeiras privadas ou públicas que realizam as operações ativas, passivas e acessórias das diversas instituições financeiras, por intermédio das seguintes carteiras: comercial, de investimento e/ou de desenvolvimento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e de crédito, financiamento e investimento. É importante salientar que essas operações estão sujeitas às mesmas normas legais e regulamentares aplicáveis às instituições singulares correspondentes às suas carteiras. A carteira de desenvolvimento somente poderá ser operada por banco público. O banco múltiplo deve ser constituído com, no mínimo, duas carteiras, sendo uma delas, obrigatoriamente, comercial ou de investimento.(BACEN, 1994)

2.2 O CRÉDITO E A POLÍTICA DE RISCO DE CRÉDITO

A palavra crédito pode ser conceituada de diversas maneiras na literatura, depende muito de sua aplicabilidade na economia, contabilidade ou no mercado financeiro. Contextualizando de maneira generalizada, segundo Schrickel (2000, p. 25) o crédito é o ato de emprestar, de forma temporária, parte do seu patrimônio com data estipulada para a devolução integral daquele montante acrescido de um valor de remuneração.

Ainda conforme Schrickel (2000) o crédito pode ser representado por valores em espécie ou bens, sendo o valor de acréscimo conhecido como juros a contraprestação paga pelo devedor ao credor. Representa a taxa de risco pela cedência, ou seja, engloba tanto o risco do não pagamento quanto a perda de valor do ativo por desvalorização. A decisão é particular e cabe ao emprestador a decisão final de ceder ou não parte de seu patrimônio.

Em se tratando dos bancos comerciais as operações de crédito, que geralmente visam oferecer disponibilidade em moeda, segundo Silva, tem o seguinte papel:

Para um banco comercial, as operações de crédito se constituem em seu próprio negócio. Dessa forma, o banco empresta dinheiro ou financia bens aos seus clientes, funcionando como uma espécie de 'intermediário financeiro', pois os recursos que aplica são captados no mercado através dos depósitos efetuados por milhares de clientes-depositantes. Na sociedade como um todo, temos pessoas (físicas e jurídicas) cujas rendas excedem o consumo, o que resulta numa determinada poupança, enquanto existem oportunidades de investimentos para os quais são necessários recursos. A função do 'intermediário financeiro' é a de atuar como receptor de recursos, isto é, da poupança das pessoas, com o objetivo de canalizá-los para fontes produtivas. (SILVA, 1988, p. 22)

As operações de crédito possuem classificação quanto a seu risco, conforme a resolução do BACEN 2.682 de 21 de dezembro de 1999, as instituições financeiras necessitam critérios consistentes e verificáveis, amparados por informações internas e externas contemplando diversos aspectos. (BACEN,1999) Cabe citar as análises a serem realizadas quanto a situação econômico-financeira, grau de endividamento, fluxos de caixa, setor da atividade econômica, pontualidade nos pagamentos, características e finalidade da transação e as garantias apresentadas.

Hoje em dia os bancos utilizam principalmente alguns modelos aceitos internacionalmente para análise padronizada de risco de crédito das pessoas físicas ou jurídicas. Podemos dividir nas técnicas ditas especialistas, são aquelas que provém de um julgamento de profissional treinado ou as ditas de *credit/behaviour scoring*, as quais são pautadas em pesos estatísticos atribuídos a variáveis para gerar um nota baseada no comportamento do cliente e do próprio nicho de mercado ou população que ele se enquadra.

O principal sistema especialista é atribuído a Weston e Brigham (1972) chamado de **Os 5 c's do crédito**, o qual referenciam aos conceitos de caráter, capacidade, capital, colateral e condição que serão explicitados a seguir.

O caráter pode ser definido como a idoneidade da proponente no mercado financeiro. É a principal análise visto que denota a determinação em pagar. Se o caráter do cliente não for satisfatório, não abrangerá os outros itens. É um interesse em saldar o compromisso financeiro demonstrado pelo nível ético e aspecto moral do devedor. Tradicionalmente os bancos obtém estas informações junto a órgãos de proteção ao crédito como o SPC (Serviço de Proteção ao

Crédito) e o *Serasa Experian*, porém é cabível indicações e contatos formais com fornecedores além de outras pessoas físicas e jurídicas que mantenham relações comerciais com o credor.

Segundo Santi Filho (1997) a capacidade é a competência em efetuar o pagamento. Caso a proponente demonstre que tem a intenção de saldar suas dívidas é necessária análise técnica que permita auferir se as receitas geradas vão permitir que sua vontade se concretize. É feita uma análise subjetiva de itens como o do setor em que o cliente atua, a experiência profissional, o potencial administrativo e das instalações, inclusive a condição familiar e o próprio endividamento já existente.

O capital é a análise da estrutura econômica e financeira de uma empresa por meio de suas demonstrações contábeis, desde os fluxos de caixa até a relação de quanto do patrimônio líquido é investimento por parte dos sócios. Aportar dinheiro na sua empresa pode ser visto como sinal de confiança de que haverá retorno financeiro, não se pode esquecer da análise quanto ao giro de estoques, adimplência da carteira de clientes e até mesmo a sua fatia na participação de mercado.

O item condições retrata o cenário que o tomador está inserido e o ramo de atividade que ele atua. É possível pesquisar e precificar a pulverização de fornecedores e de clientes, o tamanho do ciclo operacional da empresa, o comportamento dos agregados micro e macroeconômicos e a política governamental instalada. É considerado fundamental na análise de crédito, pois está diretamente ligado as previsões de mercado e associado a diminuir ou aumentar o risco nas operações de financiamento.

Colateral é uma palavra em inglês que significa garantia. Segundos Santos (2009) é considerado uma “garantia acessória”, ou seja, é complementar na concessão de crédito e não deve ser determinante na decisão da instituição financeira. Dentro dos bancos é consenso que não se dá crédito pela garantia. É fato que a inclusão de garantia adicional a uma operação de crédito transmite maior sensação e diminui consideravelmente os riscos, porém, caso os primeiros 4 c's não tenham sido validados é provável que a garantia em questão não seja sólida o suficiente, por exemplo, não cobrindo o montante total dos empréstimos tomados ou não possuindo liquidez suficiente para amenizar o prejuízo com a inadimplência.

Segundo Raymundo (2002, p. 61) o risco de crédito refere-se à variabilidade quanto ao retorno futuro e incerto relacionado a algum ativo objeto de crédito; ou, simplesmente, à possibilidade de perda futura em razão de uma decisão de análise de crédito.

Após analisar a técnica subjetiva de avaliação do risco de crédito, vamos conceituar brevemente as técnicas objetivas. Os modelos de *credit scoring*, por exemplo, são largamente utilizados pelos bancos hoje em dia e pautados na atribuição de pesos predeterminados a alguns

dos atributos ou variáveis que os bancos associam como principais na geração de uma nota de crédito, classificando o cliente como provável bom pagador ou provável inadimplente. Estes modelos, segundo Chaia (2003), apesar de matemáticos não eliminam a possibilidade de recusar um empréstimo a um bom pagador ou de aceitar um mau pagador, visto que nenhum sistema de avaliação consegue capturar todas as informações relevantes para classificar os tomadores como adimplentes ou não.

O modelo de *Behaviour Scoring* (BS) é preciso e eficaz, pois utiliza informação já existente quanto ao histórico do comportamento das transações junto aos bancos que o tomador pleiteia crédito, geralmente é determinada uma nota a partir da data da primeira concessão, entre 6 e 24 meses, com o intuito de classificar o cliente em bom ou mau pagador, assim como no modelo de *credit scoring*.

2.3 TIPOS DE CRÉDITO

Toda empresa necessita de capital de giro para desempenho de suas atividades, ele é o capital necessário para financiar a continuidade das operações da empresa. Esta linha de crédito geralmente serve para a compra de mercadorias, reposição de estoques e despesas administrativas, em suma, para o giro operacional das empresas. Conforme Assaf Neto e Silva (2009, p. 13), “uma administração inadequada do capital de giro resulta normalmente em problemas financeiros, contribuindo efetivamente para a formação de uma situação de insolvência”. Segundo Hoji (2003, p. 110) “o capital de giro é conhecido também como capital circulante e corresponde aos recursos aplicados em ativos circulantes, que transformam-se constantemente dentro do ciclo operacional”.

Os créditos rotativos são empréstimos de emergência com limites pré-estabelecidos e que podem ser utilizados pela empresa, quando de sua eventual necessidade. O crédito disponível reduz na medida em que o tomador o utiliza e volta a se recompor na medida em que é feito o pagamento do principal já utilizado. De acordo com Fortuna (1999, p. 125), “os contratos de abertura de crédito rotativo são linhas de crédito abertas com um determinado limite e que a empresa utiliza à medida de suas necessidades, ou mediante apresentação de garantias”. As duas linhas mais populares são o cheque especial e a antecipação de recebíveis, no caso das indústrias por meio do desconto das duplicatas, definida por Securato (2002, p. 25), como sendo “operação em que uma instituição financeira adianta recursos ao cliente, referentes a valores de duplicatas geradas de vendas mercantis, recebendo como garantia tais duplicatas”.

O cartão de crédito é uma forma de pagamento eletrônico na qual o banco estipula um limite máximo de crédito a ser utilizado pelo cliente, as compras efetuadas reduzem o limite disponível até que, quando insuficiente, novas compras são negadas. O pagamento da fatura libera o limite para ser utilizado novamente, sendo que o não pagamento total da fatura ou o pagamento parcial geram um crédito rotativo ao devedor, se assemelhando de forma análoga ao cheque especial.

As linhas de investimento objetivam aquisição bens de capital que elevem crescimento da capacidade produtiva (instalações, máquinas, meios de transporte) das empresas. O investimento bruto: corresponde a todos os gastos realizados com bens de capital (máquinas e equipamentos) e formação de estoques. O investimento líquido: exclui as despesas com manutenção e reposição de peças, equipamentos, e instalações desgastadas pelo uso. Geralmente as instituições financeiras trabalham com prazos mais longos e taxas de juros reduzidas em relação a créditos para capital de giro ou rotativas, sendo normalmente o próprio bem financiado a garantia da operação.

2.4 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Buscar identificar a real situação econômica e financeira de uma empresa, tanto seus fatores positivos quanto negativos, é o papel fundamental da análise das demonstrações contábeis. Conforme Perez Jr. e Begalli (2009, p. 57) análise dos balanços consiste em extrair informações úteis para a tomada de decisões, de forma a concluir sobre a saúde econômico-financeira da empresa e sobre desempenho de sua atividade operacional.

A evidenciação, mensuração e comunicação de informações econômicas, a fim de permitir a avaliação e decisão pelos usuários dessas informações finais é um princípio e ao mesmo tempo um objetivo contábil. Segundo Iudícibus (2000) o grau de evidenciação ou *disclosure* está ligado justamente a questão de garantir as informações de forma variada aos diferentes tipos de usuários, bem como avaliar a influência e a materialidade da informação evidenciada ou negada com relação ao custo-benefício dos sistemas contábeis internos.

Assaf Neto (2012) afirma que as análises das demonstrações contábeis visam relatar, com base nas informações contidas nos demonstrativos, a posição econômico-financeira e patrimonial atual da empresa, além de ser possível também extrair as informações passadas e prever os movimentos futuros da entidade. As informações sobre as quais são elaboradas tais demonstrações são os relatórios contábeis obrigatórios exigidos por disposição legal assim como os não obrigatórios que servem apenas para subsidiar a administração da entidade.

Destacam-se como não obrigatórios os relatórios de gestão, tais como projeções de fluxos de caixa futuros, desempenhos de vendas por produtos ou qualificação da mão-de-obra existente. Pelo outro lado, as demonstrações financeiras são instituídas por lei e se dispõe de acordo a natureza jurídica e o faturamento da empresa a ser analisada.

A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (com modificação pela lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007), determina, conforme artigo nº 176, “Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício”. Descreve no artigo nº 178, da referida lei, o Balanço Patrimonial e define que nele “as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia”. (BRASIL, 1976)

O artigo nº 187, da lei nº 6.404, porém com redação corrigida por modificação da Lei nº 11.638, informa que a Demonstração do Resultado do Exercício discriminará, com os detalhes pertinentes, as receitas e despesas do exercício, auferindo e evidenciando o lucro ou prejuízo do período. (BRASIL, 2007). O artigo nº 188 da Lei das Sociedades por Ações diz que a demonstração dos fluxos de caixa terá as alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se essas alterações em, no mínimo, fluxos das operações, dos financiamentos e dos investimentos; ainda complementando a demonstração do valor adicionado como o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída. (BRASIL, 2007)

A demonstração contábil de uma empresa atinge os fornecedores, credores, clientes, funcionários, gestores, acionistas, governos, concorrentes e toda a sociedade de maneira mais ampla, por isso é importante que elas reflitam o mais fielmente possível a realidade da empresa, facilitando assim a tomada de decisão das partes relacionadas. Segundo Silva (2013), desde o início do processo de convergência às *International Financial Reporting Standards* (Normas Internacionais de Informação Financeira – IFRS) – com destaque para o período de adoção completa entre 2010 e 2011 – reduziu fortemente o nível de gerenciamento de resultados, aumentou o conservadorismo condicional junto com a relevância e tempestividade da informação contábil.

2.4 ESTUDOS RELACIONADOS

Pautados no cenário de que a ampla maioria das micro e pequenas empresas buscam recursos junto aos bancos para suprir necessidades momentâneas de caixa ou executar investimentos, é fundamental que o empresário tenha conhecimento de como os bancos avaliam a empresa quando é feita uma proposta de empréstimo. O empreendedor precisa identificar a real necessidade de financiamento e pesquisar qual linha de crédito atende o seu projeto.

A orientação e capacitação dos micro e pequenos empresários para manterem organizada a documentação contábil de suas empresas facilitando o acesso ao crédito já foi alvo de pesquisas por Preisler (2003) quando buscou dimensionar as principais linhas de crédito e programas que atendam este nicho de modo a orientar quanto aos encaminhamentos que facilitariam a liberação de recursos com maior rapidez e segurança. Nesta mesma atuação, Silva (2004) também realizou estudo de caso em uma agência bancária na qual descreve instrumentos de análise de crédito utilizado para pequenas empresas, apontando falhas nos processos que – apesar de mitigarem o risco do banco e reduzirem a inadimplência – por vezes acabam por restringir o acesso ao crédito pelos clientes com menores faturamentos.

O papel do profissional em contabilidade é fundamental para redução da assimetria de informação e produção de material confiável para tomada de decisão dos bancos, Pezzi ~~em~~ (2005) na sua análise sobre acesso ao crédito constatou que o racionamento de crédito para MPE's deve-se muito a limitação das informações contábeis e a indisponibilidade de garantias que estas empresas tem a oferecer, sendo o seu estudo contributivo quanto ao entendimento pelas empresas do seu papel na economia e da dificuldade que encontrarão ao pleitear crédito para o seu crescimento.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada neste estudo é classificada quanto aos seguintes aspectos: (a) pela forma de abordagem do problema, (b) de acordo com seus objetivos e (c) com base nos procedimentos técnicos utilizados.

Para melhor chegar aos objetivos pretendidos com o presente estudo, entendeu-se que a abordagem do problema deve se constituir de forma qualitativa. Segundo Gil (2002, p. 133), a pesquisa qualitativa é aquela que considera que existe uma relação entre o mundo e o sujeito que não pode ser traduzida em números e estes elementos são indissociáveis. O trabalho irá

realizar-se a partir da análise de uma entidade sob o viés econômico-financeiro além de sua postura diante do pleito de um financiamento a uma instituição bancária.

Do ponto de vista dos objetivos, a pesquisa se caracteriza pelo seu caráter exploratório. O objetivo desse tipo de estudo é procurar padrões, ideias ou hipóteses sobre assuntos que ainda não se tenha vasto conhecimento publicado. Segundo Gil (2002) a pesquisa exploratória objetiva proporcionar maior familiaridade com um problema; envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de estudos de caso relacionados.

Os procedimentos técnicos a serem utilizados na pesquisa a classificam como um estudo de caso referente ao exercício fiscal de 2013 desta empresa. Conforme Gil (2002, p. 54), o estudo de caso é uma das muitas formas de delineamento de pesquisa, ou seja, nada mais que um modelo para a produção de conhecimento específico. O autor ainda salienta que o estudo de caso apresenta características essenciais como: preservar o caráter unitário do fenômeno pesquisado; investigar um fenômeno contemporâneo; não separar o fenômeno do seu contexto, ser um estudo em profundidade; requerer a utilização de múltiplos procedimentos de coleta de dados. Neste estudo de caso investigar-se-á a realidade da firma: a) recolhendo dados dos registros formais (memorandos, correspondências, missão e valores) e relatórios anuais da organização; b) realizando entrevistas individuais e coletivas; c) aplicação de visitas de campo com observação participante.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Nessa seção serão apresentados os dados obtidos após pesquisa documental nas demonstrações financeiras da empresa, entrevistas com os gestores tanto do banco quanto da firma analisada, acompanhamento do gerente quanto aos aspectos legais além da própria verificação dos resultados informados pela instituição financeira quanto as linhas de crédito aprovadas.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

A empresa objeto do estudo pertence ao ramo de radiofarmácia e produz compostos sintéticos para utilização em exames de alta tecnologia, sendo este o seu negócio principal. Segundo Mather (2001, p. 405) “Radiofarmácia é cientificamente reconhecida como a sub-especialidade essencial para a medicina nuclear. Sem os radiofármacos, procedimentos radiodiagnósticos ou radioterapêuticos não poderiam ser realizados”. Conforme Alves e Giorgis

(2013, p. 2), os radiofármacos são preparações farmacêuticas utilizadas com finalidade diagnóstica ou terapêutica, dependendo do tipo de emissão nuclear, geralmente administradas aos pacientes por via oral, intravenosa ou inalatória.

A firma pesquisada é datada de 2002, sendo constituída sob a forma de sociedade empresária limitada, obteve faturamento fiscal no ano de 2013 em torno de R\$ 12 milhões atuando no setor de serviços, especializada em prestar consultorias em radiofarmácia hospitalar. Em 2004, com investimentos em tecnologia, visando sempre oferecer soluções inovadoras ao mercado, a empresa instalou-se em um parque tecnológico na cidade Porto Alegre/RS, sendo este um dos maiores da América Latina.

Situada nesse ambiente de desenvolvimento tecnológico no qual favorece a pesquisa e a criação de produtos inovadores, a empresa investiu – a partir de 2008 – na capacitação e desenvolvimento de sua equipe técnica e administrativa e passou a contar com uma unidade produtiva seguindo as normas nacionais e internacionais de Boas Práticas de Fabricação e Controle de Medicamentos. Desde então a empresa trabalha para ofertar produtos e serviços de qualidade, desenvolvidos por profissionais experientes, preocupados em garantir a satisfação dos clientes do setor de Medicina Nuclear.

Atendendo às necessidades do mercado, em 2011 a empresa abriu um escritório comercial localizado em São Paulo, o centro de negócios do Brasil. Em 2014 a empresa obteve o certificado BPF (Boas Práticas para Fabricação) para sua planta produtiva tornando-se a primeira empresa no seu segmento a contar com este certificado e adequada à legislação nacional. No ano de 2015 a empresa protocola na ANVISA o pedido de registro de seus produtos, e passa a ter todo o seu portfólio dentro das exigências regulatórias, cumprindo com o estabelecido na RDC 70/2014. As áreas de atuação são a produção e comercialização de produtos para diagnóstico molecular, prestação de consultoria e treinamentos em Medicina Nuclear e Radiofarmácia Hospitalar e a manipulação e distribuição de radiofármacos em unidose.

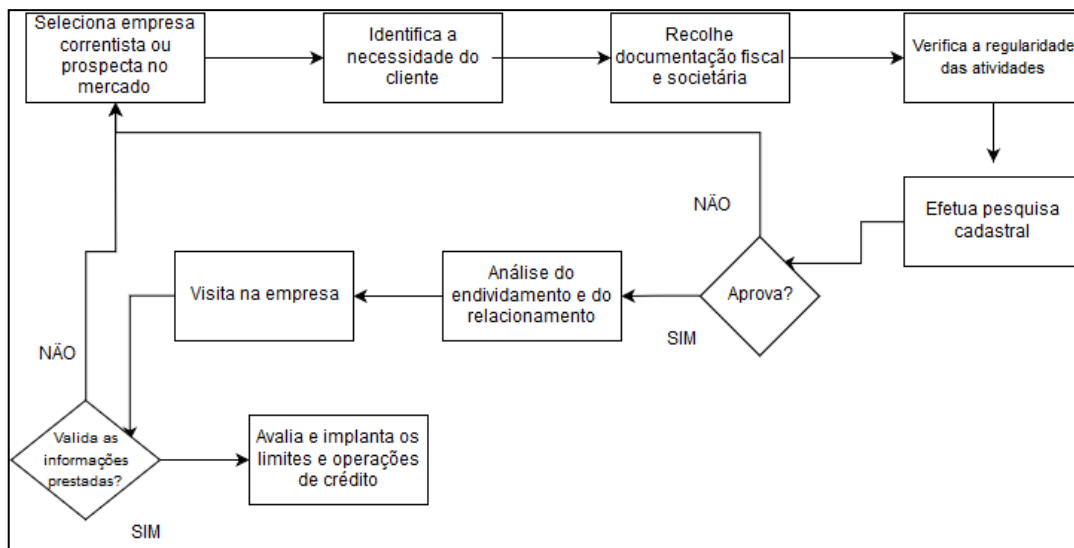
A visão da entidade é “Ser a marca líder no fornecimento de produtos e serviços para diagnóstico e tratamento no mercado latino-americano”, sendo a sua missão definida como “Promover a qualidade de vida da população através de tecnologia aplicada à saúde”.

4.2 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E SOCIETÁRIAS

É sabido o papel do contador na elaboração e divulgação das demonstrações contábeis obrigatórias de acordo com a legislação vigente, porém, para o banco comercial, o profissional contábil presta também esclarecimentos acerca da situação econômica da empresa além de

prestar diversos serviços de consultoria para a regularização das empresas frente ao Estado e seus órgãos reguladores. Os contadores e os administradores fornecem documentos para subsídio no processo de concessão de crédito. Sendo assim, serão descritos processos de análise e concessão de crédito realizados por uma instituição financeira que faz parte de um dos cinco maiores bancos do país. Abaixo temos um fluxograma simplificado com os diversos momentos a serem abordados:

Figura 1.– Fluxograma de análise e concessão de crédito



Fonte: Elaborado pelo autor

O banco ao processar uma solicitação de avaliação de crédito comercial de uma empresa estabelece regras gerais para a sua concessão pelo gerente responsável, de acordo com normativos internos de cada instituição financeira, obedecendo a um roteiro básico que deverá ser cumprido, sendo modificado de acordo com faturamento e porte da empresa. Neste caso foram considerados o faturamento fiscal do exercício de 2013 e, para fins tributários, o porte válido é segundo a Lei Complementar 123 de 2006, classificando a firma como Empresa de Pequeno Porte.

O gerente concessor deverá visitar a empresa, avaliando a coerência entre as informações prestadas e observando a coleta dados e documentação para elaboração de dossiê, no intuito de verificar e atestar a regularidade e integridade da documentação apresentada, preenchendo documentos internos se responsabilizando por estas conferências.

Uma indústria diversificada e competitiva é o caminho para o crescimento sustentável, pois o aumento da produção está intrinsecamente ligado ao resultado do PIB. Como consequência a distribuição da riqueza e promoção da igualdade está no fomento e incentivo aos pequenos e médios empresários, segundo Santos, Quinteiros e Vieira (2013) justamente as

micro, pequenas e médias empresas enfrentam problemas estruturais de acesso ao crédito, devido à sua insuficiência de garantia e até mesmo de informação para que as instituições financeiras possam, com tranquilidade, analisar se devem ou não conceder o crédito, pois os empresários que utilizam do capital de terceiro geralmente não têm lastro, exceto os bens pessoais.

Ao atender um cliente que solicita crédito, é fundamental identificar a sua finalidade para oferecer o produto mais adequado. Inicialmente é necessário entender a situação a ser atendida com a operação de crédito, que pode ser classificada como: a) crédito rotativo - em forma de limite pré-estabelecido, disponibilizado na conta da empresa, que pode ser utilizado de forma automática pelo cliente em casos de descasamento do seu fluxo financeiro, com o cliente pagando encargos e impostos sobre os recursos usados e pelo tempo que os utilizou. O limite é recomposto e novamente disponibilizado à medida que o cliente efetua depósito em sua conta; b) capital de giro – com crédito liberado uma ou mais parcelas, sem destinação específica, com pagamento parcelado de curto prazo, cuja destinação é suprir as despesas do dia a dia e a necessidade de capital de giro da empresa; c) investimento – com crédito destinado ao financiamento de um investimento específico, normalmente de longo prazo, usado para reformar, ampliar, adquirir equipamentos e financiar projetos; c) antecipação de receitas – com antecipação de recursos, em forma de recebíveis, tais como duplicatas, cheques ou faturas de cartão de crédito provenientes de vendas a prazo que a empresa tenha efetuado.

Inicialmente o banco solicitou a empresa proponente uma listagem de documentos obrigatórios para análise de crédito, conforme dispostos abaixo:

- a) Contrato social da empresa e suas alterações: O intuito é verificar quem são os sócios, seus percentuais de participação e qual as cláusulas que definem os compromissos legais que a entidade pode assumir além da informação de quem a representa legalmente. As alterações visando que o banco entenda as modificações societárias ocorridas através do tempo.
- b) DIPJ, Balanço Patrimonial e DRE dos últimos três exercícios encerrados, além de declaração de faturamento dos últimos 12 meses: Os documentos contábeis são utilizados pela instituição bancária para conhecer a posição patrimonial e financeira da organização, podendo assim analisar a solidez e solvência a fim de garantir o pagamento dos compromissos que possam vir a serem firmados entre as partes.
- c) Documentos de identificação e patrimoniais dos sócios e dirigentes: Os bancos comerciais identificam os sócios ou dirigentes pessoa física através de documento oficial de identificação e os sócios PJ por meio de contrato social consolidado. Ambos os documentos são

acompanhados dos respectivos impostos de renda e comprovantes de patrimônio, tais como matrículas de imóveis, documentos de veículos e extratos de aplicação financeira.

Na etapa da coleta das informações contábeis da entidade tem-se o primeiro contato do banco com o contador e o trabalho que ele desenvolve, no caso, a elaboração das demonstrações financeiras objetiva retratar a situação econômica e patrimonial da organização para o usuário externo. Para o banco é fundamental que as informações prestadas sejam verdadeiras e organizadas, pois um erro nesta etapa pode comprometer todo o processo de concessão de crédito, alavancando demais o endividamento da empresa e aumentando o risco de inadimplência ou mesmo distorção nos demonstrativos que posso causar uma negativa antecipada na proposta de financiamento.

Tabela 1 – Identificação da empresa e sua composição administrativa

Identificação da Empresa				
Razão Social	CNPJ	Faturamento Fiscal	Fat. Últimos 12 meses	
Indústria Y LTDA	01.001.001.0001/00	R\$ 12.182.778,00	R\$ 13.636.125,00	
Composição Societária/Dirigentes				
Nome/Razão Social	CPF/CNPJ	Data de Ingresso	% de Participação	Patrimônio Livre de Ônus
Participações X S.A.	00.000.000/0001/00	01/01/2012	99,99%	R\$ 350.000,00
Dirigente 1	000.000.000/10	01/10/2014	0,00%	R\$ 0,00
Dirigente 2	000.000.000/20	01/01/2012	0,01%	R\$ 550.000,00

Fonte: Elaborado pelo autor

Recepcionada a documentação na agência bancária o gerente analisa os documentos e finaliza a primeira fase da avaliação de crédito, que consiste em conhecer a estrutura básica da empresa por meio dos relatórios e documentos obrigatórios, compondo assim um quadro informativo com o panorama identificado, conforme Tabela 1, objetivando dimensionar o tamanho da empresa de acordo com o faturamento declarado a Receita Federal, a possibilidade de formação de conglomerados com outras empresas, percentuais de participação na sociedade e o tempo as relações com sócios e dirigentes estão constituídas.

É importante frisar que na análise de micro e pequenas empresas a instituição financeira somente utiliza oficialmente em seu sistema de risco de crédito as informações relativas a faturamento bruto anual e dos últimos 12 meses, não sendo obrigatória análise fundamentalista do balanço patrimonial e da DRE, ou seja, estes documentos apenas servem para embasar o

gerente concessor na tomada de decisão final de emprestar ou não recursos aquela empresa, tampouco são avaliados ou calculados índices financeiros e indicadores de qualquer espécie.

4.3 ANÁLISE PRÉVIA E PESQUISA COMPLEMENTAR

A segunda fase da análise de crédito começa a adentrar no mundo da empresa estudada, visto que o gerente solicita ao contador documentos objetivando conferir se a firma está regular nos aspectos legais, tendo caráter obrigatório e eliminatório caso não sejam apresentadas. Destacam-se a obrigatoriedade de apresentação de Licença Ambiental expedida pelo órgão fiscalizador estadual para empresas do ramo industrial, Alvará de Funcionamento expedido pela prefeitura municipal além da liberação de funcionamento da ANVISA, exclusiva para alguns ramos ligados a cadeia produtiva da saúde, os três documentos foram encaminhados pelo setor de contabilidade e garantem o pleno funcionamento da empresa.

O banco também solicita as seguintes certidões fiscais: Certidão Negativa de Débitos com a Secretaria da Receita Federal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Negativa de débitos com a Receita Estadual, Certidão Negativa de Débitos com a Prefeitura Municipal e Certidão Negativa de Débitos com o FGTS. Essa análise busca reconhecer se a empresa cumpre as normas tributárias e se existe alguma contingência fiscal, parafiscal ou trabalhista que possa comprometer a manutenção da entidade no mercado, por este motivo são aceitas certidões positivas com efeito de negativas, desde que acompanhadas do extrato dos parcelamentos a fim de mensurar o impacto econômico das dívidas contraídas com o fisco.

Após a empresa apresentar todas as certidões negativas acima expostas o gerente efetua pesquisa cadastral de todas as partes envolvidas (empresa e sócios) nos órgãos de proteção ao crédito, tais como SPC e SERASA com vistas a identificar pontuais atrasos da entidade com seus credores e até mesmo a idoneidade e controle financeiro dos sócios e acionistas. Quando o retorno destas pesquisas é negativo, ou seja, não constam apontamentos, o banco passa a analisar o endividamento da empresa no mercado, pois a sua composição é determinante na estrutura de capital da empresa e requer sua adequação a geração de fluxo de caixa.

Na Tabela 2 apresenta-se o endividamento total da empresa no mercado financeiro:

Tabela 2 - Endividamento no Sistema Financeiro Nacional no ano de 2013

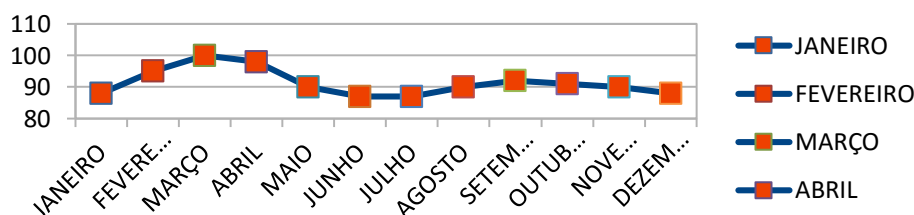
Endividamento no Sistema Financeiro Nacional	
Consolidado	Valor em R\$
Carteira Ativa	R\$ 1.990.000,00
Dívidas a Vencer em até 180 dias	R\$ 825.000,00
Dívidas a Vencer entre 180 a 360 dias	R\$ 510.000,00
Dívidas a Vencer acima de 360 dias	R\$ 655.000,00

Fonte: Adaptado do Sistema de Informações de Crédito (SCR) BACEN (2013)

Conforme relato de um dos gerentes responsáveis pela análise de crédito “o endividamento de cada empresa é analisado pontualmente, já que determinados ramos de atividade possuem diferentes estruturas na utilização dos capitais de terceiros. De forma generalizada o ideal é que o empresário mantenha as dívidas em percentuais inferiores a 25% do faturamento fiscal anual bruto da organização, sempre mantendo os financiamentos nos prazos mais longos possíveis visando desafogar o fluxo de caixa da empresa”.

Segue demonstração da evolução da nota de *Behaviour Scoring* da empresa nos 12 meses anteriores a avaliação de crédito descrita:

Gráfico 1– Variação de nota de Behaviour Score



Fonte: Elaborado pelo autor

A nota de comportamento que o sistema de risco interno gera é calculada por modelo de *Behaviour Scoring*, que é um modelo de avaliação do risco desenvolvido por metodologia estatística, que consiste na atribuição de uma nota de risco (score), baseado no histórico do cumprimento das obrigações do crédito e usado para estimar o comportamento e desempenho futuro de um cliente nas operações de crédito, sendo utilizada uma escala de 0 a 100.

Este dado é fundamental na tomada de decisão do banco quanto a emprestar ou não recursos para as empresas, visto que a nota de BS mensura o comportamento que o cliente possui frente aos produtos já contratados da instituição financeira, desta forma, a tendência de clientes com melhores *ratings* é permanecer adimplentes enquanto clientes de maior risco e

menor grau de relacionamento tendem a possuir atrasos em suas operações, imputando a análise subjetiva do gerente conessor para um ou outro lado.

4.4 VISITA E ANÁLISE SUBJETIVA DO BANCO

Após o banco obter um panorama da empresa um dos processos é visitar as suas instalações físicas, tendo como objetivo confrontar as pesquisas realizadas e autenticar a veracidade das informações contidas nos documentos contábeis analisados. Foi acompanhada visita *in loco* na qual participaram o gerente empresarial da instituição financeira, o diretor da empresa proponente e o gerente financeiro dela, o qual também é o contador responsável pela elaboração das demonstrações contábeis enviadas e qualquer relatório interno da administração. O banco tem como intuito analisar fatores que possam impactar na descontinuidade da empresa e verificar a maneira que a direção administra a organização.

O gerente conessor do empréstimo é parte fundamental na análise de crédito, pois representa a vontade do banco em emprestar recursos àquela empresa, independente do resultado que o sistema de risco parametrizado venha a gerar é ele – e somente ele – que detém a decisão final de que qualquer valor será disponibilizado para a proponente. No momento da visita o funcionário buscará informações diversas para subsidiar o seu julgamento profissional, geralmente iniciando a conversa com os administradores por perguntas genéricas que buscam entender o surgimento da empresa, a formação técnica da alta administração, os produtos e serviços por elas oferecidos e como a empresa está inserida no nicho de mercado que atua.

Investigar a situação administrativa também envolve obter outros documentos junto ao contador da empresa, nesta oportunidade, foram emitidos durante o encontro alguns relatórios financeiros internos a fim de verificar os controles de contas a pagar, contas a receber e os estoques com vistas a definir a qualidade do gerenciamento da entidade bem como a concentração de clientes e fornecedores que podem aumentar ou até reduzir a saúde financeira da entidade. Verificam-se também aspectos sobre os planos da empresa para o seu futuro, a política de recursos humanos, o impacto ambiental que a planta industrial causa e demais aspectos que o gerente julgue relevante que venham a causar possíveis passivos à empresa.

Na empresa objeto da análise de crédito constatarem-se pontos importantes descritos nos documentos contábeis, principalmente quanto a confirmação da existência dos montantes de ativo imobilizado referentes a máquinas e equipamentos e os níveis de estoque de produtos em andamento e prontos. O gerente passou em diversos setores da firma, desde a planta industrial, no qual atestou a regularidade das operações, o respeito às leis ambientais e o

comprometimento com um processo produtivo limpo e organizado, até os setores administrativos, nos quais verificou o fluxo de informações, sistemas de informações vigentes e analisou os controles internos empregados com vistas a identificar possíveis falhas e/ou melhorias nos processos da organização.

Apesar de não ter conhecimento técnico específico em algumas áreas, o julgamento do gerente do banco é respeitado pela instituição financeira, pois é baseado na experiência obtida em outras visitas além de diversos treinamentos internos realizados a fim de obter um profissional multifacetado e apto a apontar fraudes ou falhas que possam acarretar na probabilidade de uma empresa adquirir um grande passivo que afete a sua continuidade.

Observou-se que a parte final da visita na qual o diretor expõe os planos da entidade para o futuro – por meio de planos de negócios elaborados pelo contador – e como os financiamentos pleiteados serão utilizados é uma das chaves na concessão de crédito, pois foi o momento no qual apresentaram-se os planos de negócios para curto, médio e longo prazos que firma implantará. É neste instante que efetivamente o gerente empresarial poderá atuar como consultor para a empresa visitada além de calcular os riscos de exposição do seu banco quanto aos rumos que a organização tomará.

No momento da visita o contabilista também é um dos destaques, pois ele geralmente é o detentor das informações contábeis e gerenciais que o banco busca encontrar para garantir que a empresa terá condições de arcar com os compromissos contraídos. Itens que estão englobados no relacionamento bancário, tais como o histórico da conta corrente e a concentração da movimentação financeira são fundamentais, porém a informação contábil gerada por meio das demonstrações financeiras é o que leva o banco a enxergar de modo geral como estariam as contas da empresa nas outras instituições, portanto, valoriza-se muito a qualidade e o grau de evidenciação dos relatórios contábeis no processo de avaliação de crédito.

4.5 LINHAS DE CRÉDITO DISPONIBILIZADAS

Os bancos comerciais têm sistemas de risco de crédito parametrizados que avaliam limites máximos de empréstimos a serem concedidos para cada entidade, levando em consideração aspectos mercadológicos, gerenciamento de riscos da instituição financeira, informações contábeis verificadas pelo gerente, comportamento da empresa diante do sistema financeiro e o relacionamento com o banco.

Em qualquer instituição financeira a contratação de operações de crédito é submetida a regimes de alçada, de acordo com os valores a serem emprestados, ou seja, o gerente formata

uma proposta favorável à concessão de crédito e submete ao comitê decisor competente, caso extrapole sua própria esfera.

Abaixo acompanhamos os resultados que o sistema de risco de crédito gerou em contraponto com as propostas apresentadas pelo gerente concessor – que posteriormente foram aprovadas pela alçada correspondente e contratadas pelo cliente – identificadas por tipo de empréstimo:

Tabela 3 – Operações de Créditos Aprovadas e Contratadas pelo Banco

Tipo de Crédito	Valor Pré-Aprovado	Valor Contratado	Garantia exigida
Antecipação de Receitas	R\$ 700.000,00	R\$ 400.000,00	100% em Duplicatas
Capital de Giro	R\$ 5.000.000,00	R\$ 1.200.000,00	50% em Imóveis
Rotativo (cheque-especial)	R\$ 240.000,00	R\$ 100.000,00	Sem garantias
Rotativo (cartão de crédito)	R\$ 190.000,00	R\$ 60.000,00	Sem garantias
Investimento	R\$ 500.000,00	R\$ 150.000,00	100% em Máquinas

Fonte: Elaborado pelo autor

Quando uma empresa solicita financiamento é comum que as instituições financeiras solicitem garantias, que podem ser reais (bem imóvel, veículo ou o equipamento financiado), fidejussória (aval dos sócios), recebíveis (duplicatas, cheques, faturas de cartão de crédito) ou ainda seguros garantidores. No estudo de caso acompanhado foram concedidas as linhas de crédito representadas na Tabela 3 acima, com as garantias discriminadas exigidas pelo banco, sendo o *mix* de operações destinadas ao provimento de capital de giro à empresa com o objetivo de realizar investimentos em tecnologia e pesquisa para desenvolvimento de um novo produto. Foi disponibilizado também recurso para compra de equipamentos e importação de matéria-prima, além das linhas de crédito rotativas de curto prazo (antecipação de recebíveis, cheque especial e cartão de crédito) para as despesas diárias e possíveis correções em desencaixes no fluxo de caixa.

O plano de negócios da empresa elaborado pelo contador e demonstrado na visita gerencial pelo diretor apresentava solidez e as justificativas necessárias para viabilização das operações pleiteadas, portanto o parecer do banco foi favorável, entretanto, foram solicitadas garantias além do aval dos sócios e dirigentes para consolidarem os empréstimos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou descrever como a instituição financeira analisa as informações contábeis de uma empresa de pequeno porte tendo em vista sua tomada de decisão na concessão de crédito, para tanto, acompanhou-se por meio de estudo de caso o processo de pleito de crédito de uma entidade desde a entrega da documentação na agência bancária até a disponibilização dos limites de crédito e a contratação das operações. Um dos principais resultados obtido com a pesquisa foi tornar palpável uma atividade que não é rotina para os empresários e contadores, o processo de análise de crédito que o banco realiza do seu cliente, portanto é satisfatório demonstrar o modo e a forma que uma instituição financeira recebe um pedido de empréstimo e o que ela exige que seja apresentado pela entidade.

Observou-se que os modelos de análise de crédito para as micro e pequenas empresas são estáticos e genéricos, baseados em *credit e behaviout scoring* sem a sua interferência direta do gerente de contas, assim como descrito no estudo de Preisler (2003) os gerentes bancários possuem a decisão final de emprestar ou não recursos para as organizações, porém as margens máximas dos créditos são realizadas por modelos estatísticos automaticamente e influenciadas pelos analistas de risco da instituição, informações mercadológicas e na relação de endividamento *versus* faturamento de cada empresa.

O processo de análise de crédito ocorre dividindo-se em pequenos procedimentos como a análise dos documentos fiscais, contábeis e societários da entidade que buscam fornecer subsídios para uma análise objetiva do banco, dando os números daquela empresa alvo da negociação. Não se deve esquecer que existe também o viés de regularidade das operações, no qual o gerente recolhe informações da empresa referente aos seus aspectos legais, tais como situação com o fisco, órgãos de fiscalização do setor e no mercado financeiro para amparar a decisão subjetiva que ele toma de emprestar valores para aquela organização.

A pesquisa possui limitações principalmente quanto aos modelos de risco de crédito parametrizado que os bancos usam, pois não é informado aos usuários como eles são construídos tampouco quais informações poderiam ser alteradas para obterem-se resultados diferentes em cada análise de crédito, portanto, fazem-se necessários estudos que acompanhem os analistas de créditos dos grandes bancos e divulguem ao mercado mais dados acerca do julgamento de crédito. Outro ponto abordado nos estudos relacionados, principalmente nos de Preisler (2003) é que a assimetria das informações contábeis das pequenas empresas dificulta a sua mensuração de risco, além de que os próprios dirigentes, na prática, não sabem a real situação financeira de suas empresas devido a falta de conhecimento técnico na gestão

financeira. Logo, é interessante executar estudos que venham a facilitar a compreensão do empresariado quanto da importância da organização dos dados econômicos de suas firmas e prepará-los para os desafios impostos pelos bancos na hora de solicitar linhas de crédito.

O assunto da pesquisa tem sido pouco explorado recentemente e muito se deve ao fato do aquecimento do mercado de crédito desde 2008 devido a políticas governamentais, porém no último biênio os bancos estão apresentando crescentes níveis de inadimplência que estão dificultando o acesso ao crédito das pequenas empresas, por conseguinte seria recomendado efetuar estudos em diversos bancos de como estão os procedimentos de concessão de crédito e como a contabilidade pode ajudar os empresários a obterem acesso mais rápido e fácil as linhas de empréstimos.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. N. R.; GIORGIS, L. S.; DE ARAÚJO, E. B. **Registro e boas práticas de fabricação de radiofármacos**. A Regulação de Medicamentos no Brasil, 2013.

ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanço**. São Paulo: Atlas, 2012.

ASSAF NETO, A; SILVA, C.A.T.. **Administração do capital de giro**. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Carta Circular 2.345, de 25 de janeiro de 1993**. Dispõe sobre a classificação das instituições financeiras e revoga a carta circular nº 1.735, de 20 de outubro de 1987. Disponível em:
<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/c_circ/1993/pdf/c_circ_2345_v1_O.pdf>. Acesso em: 24 set. 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução 2.682, de 21 de dezembro de 1999**. Dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Disponível em:
<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/c_circ/1993/pdf/c_circ_2682_v1_O.pdf>. Acesso em: 24 set. 2014.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução 2.099, de 17 de agosto de 1994**. Aprova Regulamentos que dispõem sobre as condições relativamente ao acesso ao Sistema Financeiro Nacional, aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado, à instalação de dependências e à obrigatoriedade da manutenção de patrimônio líquido ajustado em valor compatível com o grau de risco das operações ativas das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central. Disponível em:
<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/c_circ/1993/pdf/c_circ_2099_v1_O.pdf>. Acesso em: 24 set. 2014.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.** Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nos 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto - Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nos 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Diário Oficial da União 31 jan. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em: 20 de jun. 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Lei no 4.595, de 31 de dezembro de 1964.** Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4595.htm>. Acesso em: 20 set. 2014.

BRASIL. Presidência da República. **Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976.** Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm>. Acesso em: 20 set. 2014.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007.** Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em: 20 set. 2014.

CHAIA, A. J. **Modelos de gestão do risco de crédito e sua aplicabilidade ao mercado brasileiro.** 2003. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-21012004-224716/>>. Acesso em: 27 set. 2014.

COSIF. **Manual de Normas e Instruções. Organização de instituições financeiras e assemelhadas.** Cap.1. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=mni010102>> Acesso em: 27 set. 2014

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONOMICOS. **Desempenho dos Bancos – 1º Semestre de 2013.** Brasília.2013. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2013/desempenhoDosBancos1Semestre2013.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2014

FALDINI, R.; RISKALLAH, A. **Pequena Empresa não entra.** Publicado na Revista Sala do Empresário – Edição nº 10. 1997. Disponível em: <http://www.empresario.com.br/bolsa/pequenas/empresas_bolsa_peq.html> Acesso em: 27 set. 2014

FORTUNA, E. **Mercado financeiro: produtos e serviços.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HOJI, M. **Administração financeira: uma abordagem prática**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO E TRIBUTAÇÃO. **Estatísticas**. Brasília. 2014. Disponível em: <<http://www.empresometro.com.br/Site/Estatisticas>> Acesso em: 27 set. 2014

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MATHER, S.J. **Innovation in radiopharmacy: progress and constraints?** Eur. Jour. Nucl. Med. Vol 28, no. 4, 2001.

PEREZ JR, J. H; BEGALLI, G. A. **Elaboração das demonstrações contábeis**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PEZZI, S.L. **Acesso ao crédito por parte das micro e pequenas empresas brasileiras no período pós-plano real**. 2005. 133f. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento). Programa de Pós-Graduação em Economia, PUCRS, Porto Alegre.

PREISLER, A. M.. **Análise de risco e crédito para micro e pequenas empresas – uma proposta orientativa**. 2003. 180f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis.

RAYMUNDO, P.J. **Fatores considerados pelas instituições financeiras para a determinação do risco do cliente e do limite de crédito para capital de giro das micro e pequenas empresas**. 2002. 108 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

SANTI FILHO, A. **Avaliação de risco de crédito: para gerente de operações**. São Paulo: Atlas, 1997.

SANTOS, M. D. C.; QUINTAIROS P. C. R.; VIEIRA E. T.. **A intermediação financeira: as linhas de crédito de curto, médio e longo prazo dos bancos comerciais e o BNDES**. Revista Espacios. Vol. 34. 2013. Pág. 16. Disponível em: <<http://www.revistaespacios.com/a13v34n04/13340416.html#uno>>. Acesso em: 27 set. 2014

SANTOS, J. O. **Análise de crédito**. Empresas, pessoas físicas, agronegócio e pecuária. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2009

SCHRICKEL, W. K. **Análise de crédito: concessão e gerência de empréstimos**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SECURATO, J. R. **Crédito– Análise e avaliação do Risco: Pessoas Físicas e Jurídicas**. São Paulo: Editora Saint Paul, 2002.

SILVA, C. A. **Análise de crédito aplicada à micro e pequenas empresas: um estudo de caso**. 2004. 47f. Monografia (Especialização, MBA Gerência Financeira e Controladoria) – Departamento de Economia, Contabilidade e Administração, Universidade de Taubaté, Taubaté, Brasil.

SILVA, Ricardo Luiz Menezes da. **Adoção completa das IFRS no Brasil: qualidade das demonstrações contábeis e o custo de capital próprio**. 2013. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-03062013-162758/>>. Acesso em: 2014-11-05.

SILVA, J. P. **Análise e decisão de crédito**. São Paulo: Atlas, 1988.

WESTON, J. Fred; BRIGHAM, Eugene F. **Managerial Finance**. New York: Holt, 1972.